



**BOLETIM OBEC**  
OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA

V.01  
N. 01/23  
setembro/2023

MINISTÉRIO DA CULTURA  
SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL  
OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA  
apresentam

# PESQUISA LAB NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Pesquisa Nacional de Implementação  
e Resultados da Lei Aldir Blanc  
Boletim Preliminar 1



## Apresentação

O Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), desde sua criação, é parceiro do Ministério da Cultura. Mesmo quando o MinC deixou de existir, o OBEC se manteve atento aos impactos das atividades culturais realizadas no Brasil e às ações em prol do desenvolvimento da economia criativa.

Naquele período, o OBEC não deixou de acompanhar os movimentos daqueles que atravessaram, simultaneamente, um período de ausência do Estado Brasileiro na condução de políticas culturais e uma pandemia que ceifou milhares de vidas, afastando boa parte dos trabalhadores da cultura de seu ofício, ou obrigando-os a reinventar suas maneiras de criar, fazer e fruir as artes da presença. A cultura foi a primeira a parar e a última a voltar.

A fim de socorrer os fazedores e fazedoras de cultura, suas redes e cadeias produtivas, a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, Lei Aldir Blanc, de iniciativa do Congresso Nacional, trouxe medidas para mitigar os efeitos da crise sobre o mundo da cultura, partindo da perspectiva sistêmica do pacto federativo, com envolvimento da União, estados e municípios, a fim de atingir todo o território nacional com seus benefícios.

Agora, na retomada, o Ministério da Cultura lança seu olhar para a pesquisa “A LAB nos Estados e Municípios: Pesquisa Nacional de Implementação e Resultados da Lei Aldir Blanc”, compreendendo a importância dos achados nos estudos realizados pelo OBEC como subsídios para a (re)formatação de suas políticas públicas de fomento à cultura e à economia criativa.

Um importante componente desse processo foi a grande participação social, agentes mobilizados pela defesa da LAB deram visibilidade e voz a camadas importantes de movimentos sociais, institucionalizados ou não. Certamente outros pontos igualmente relevantes emergirão das pesquisas.

Os resultados preliminares da pesquisa já apontam a riqueza e densidade das informações captadas e nos apresentam algumas pistas. A lógica de partilha e execução dos recursos, distribuídos entre todos estados da federação, municípios e Distrito Federal, estimulou muitas pesquisas voltadas a localidades fora dos grandes centros urbanos, com foco nas populações invisibilizadas por sua condição racial, étnica ou grupos minorizados.

Assim, o Ministério da Cultura, por meio da Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural, dá continuidade à sua parceria com o OBEC, na expectativa de que os resultados das pesquisas orientem também a concepção, acompanhamento e execução da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc.

A partir desta parceria será possível definir indicadores e diretrizes para a consolidação de políticas culturais federalizadas e longevas.

O MinC voltou.

**Henilton Menezes**

Secretário de Economia  
Criativa e Fomento Cultural  
Ministério da Cultura - MinC

## Introdução

Desde 2020, o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC) tem conduzido investigações sobre os desafios e riscos impostos pela pandemia da Covid-19 às atividades culturais no Brasil. Nesse ciclo de estudos, quatro pesquisas foram concluídas: “Impactos da Covid-19 na Economia Criativa” (2020), “Impactos da Covid-19 nos Festejos Juninos” (2020 e 2021) e “Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc” (2021-2022).

Entre todas as medidas adotadas pelo setor público para enfrentar as repercussões dessa crise sem precedentes, a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, conhecida como Lei Aldir Blanc (LAB), é, indiscutivelmente, a que teve o maior alcance e impacto no campo cultural no período. Por essa razão, o OBEC, com a pesquisa “Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc”, se dedicou a compreender o processo decisório dos gestores públicos, a percepção dos agentes culturais e as tendências dos instrumentos e chamadas públicas implementadas.

Reconhecendo o esforço e a experiência acumulada nas pesquisas anteriores, o Ministério da Cultura convidou o OBEC para uma nova etapa de estudos. A “LAB nos Estados e Municípios: Pesquisa Nacional de Implementação e Resultados da Lei Aldir Blanc”, tem como foco a análise dos resultados da implementação da lei a partir de dados de cadastros, relatórios e prestações de contas dos estados e municípios.

Este boletim é o primeiro produto compartilhado da pesquisa, e apresenta os resultados do levantamento e análise de estudos e publicações realizados no Brasil que tratam da implementação da Lei Aldir Blanc nos contextos nacional, estadual e municipal. Esta revisão de literatura apresenta um conjunto de trabalhos relevantes que, além de subsidiar a equipe do OBEC na formulação do desenho avaliativo da pesquisa, também servirá como guia para pesquisadores/as, grupos e instituições.

# 1. Revisão de literatura sobre a produção técnica e acadêmica a respeito dos resultados da Lei Aldir Blanc

Como parte integrante do desenho metodológico da pesquisa, realizou-se o levantamento e análise de estudos regionais e nacionais publicados no Brasil sobre a implementação da Lei Aldir Blanc (LAB). O objetivo foi traçar um panorama sobre as principais temáticas e metodologias que orientaram as análises e os resultados obtidos pelas pesquisas publicadas até maio de 2023.

## 1) Descrição metodológica

A revisão e a análise dos estudos já conduzidos no Brasil sobre a implementação da Lei Aldir Blanc (LAB) têm como objetivo fornecer um panorama inicial das principais temáticas, metodologias e resultados das pesquisas. Para tanto, foi realizada uma adaptação da metodologia de revisão sistemática *Proknow-C* (ENSSLIN, ENSSLIN, LACERDA, & TASCA, 2010).



A revisão de literatura foi desenvolvida entre os meses de março e junho de 2023 e dividida em cinco etapas:



FIGURA 1. Fonte: Elaboração própria/OBEC-BA.

O termo “Lei Aldir Blanc” foi definido como palavra-chave para busca nas bases de pesquisa. Foram escolhidas como bases: [Google Acadêmico](#), portais de periódicos da [SciELO](#) e [Catálogo de Teses e Dissertações da Capes](#), base de dados da [web of science](#), plataformas [Academia.edu](#) e [Researchgate](#), repositórios institucionais das universidades e institutos federais e anais do Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT). Foram definidos os seguintes critérios para inclusão dos trabalhos no portfólio.

**a) A LAB como principal objeto de análise;**

**b) A análise da implementação e dos resultados da lei.**

A fase de **implementação** da lei é compreendida aqui como um conjunto de ações realizadas para colocar em prática as políticas. Essas ações envolvem atividades como planejamento, coordenação de diferentes órgãos governamentais, interação com a sociedade civil, alocação de recursos, execução de ações e medidas para atingir os objetivos estabelecidos.

A etapa de buscas aconteceu entre 06 de março e 19 de abril e consistiu na coleta de trabalhos técnicos e acadêmicos nas bases definidas, utilizando o termo “Lei Aldir Blanc” para as buscas. Ao final dessa etapa foram identificados **92 trabalhos publicados**, entre resumos, artigos, monografias, dissertações e produções técnicas.

A análise e seleção dos trabalhos foi feita em três fases. A primeira foi a leitura dos resumos de todos os textos coletados e a exclusão daqueles nos quais a Lei Aldir Blanc não era o principal objeto de análise. A segunda fase foi feita a partir da leitura dinâmica dos textos e seleção dos trabalhos que abordaram a implementação e os resultados da Lei. Ainda que considerados relevantes, os trabalhos que focaram no processo histórico da elaboração ou análises mais genéricas sobre o desenho geral da lei não foram incluídos. Nessa fase também foram excluídos os trabalhos repetidos. Por fim, foi feita a leitura aprofundada dos textos e a revisão do portfólio a partir do refinamento dos critérios utilizados anteriormente e da discussão coletiva.

A quarta etapa aconteceu a partir da realização de quatro “Encontros com Especialistas”<sup>1</sup>, entre os dias 12 e 15 de junho de 2023. Nos encontros, pesquisadores/as do campo das políticas culturais, gestores/as e servidores/as do Ministério da Cultura indicaram 30 novas publicações.

Nos “Encontros com Especialistas”, também foram identificadas outras pesquisas em andamento, ainda sem resultados publicados, a exemplo da pesquisa “Análise de diversidade na experiência do mecanismo de fomento emergencial Lei Aldir Blanc em Minas Gerais”, desenvolvida pelo [Observatório da Diversidade Cultural](#) (UEMG), em Minas Gerais; e do projeto de extensão “Emergência Cultural no Recôncavo”, desenvolvido pelo [Motriz - Laboratório de Política e Gestão Cultural](#) (UFRB), na Bahia.

---

<sup>1</sup>O “Encontro com Especialistas” é uma metodologia de escuta executada nas pesquisas do OBEC que prevê espaço para discussão e troca de ideias com pesquisadores/as e gestores/as da cultura.

## Etapas da revisão sistemática de literatura

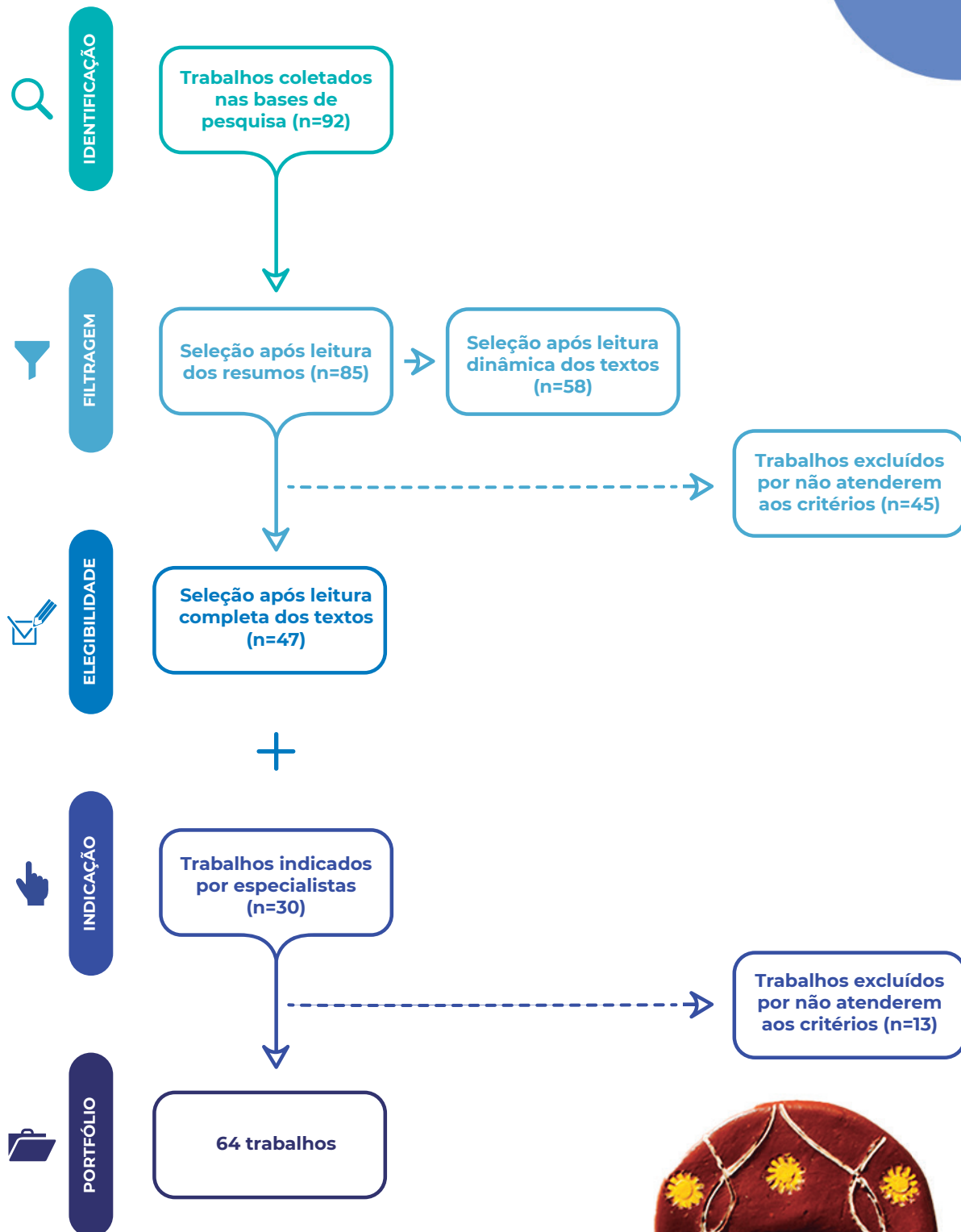


FIGURA 2. Fonte: Elaboração própria/OBEC-BA.



Após filtragem, utilizando os mesmos critérios, chegou-se a 17 produções que foram adicionadas ao portfólio. Somando-se os trabalhos selecionados na revisão sistemática e nos encontros com especialistas, o portfólio bibliográfico final é composto por 64 trabalhos publicados entre 2020 e maio de 2023. Entre estes, 43 são artigos científicos publicados em livros, boletins, revistas e anais de eventos, nove produções técnicas, seis monografias de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado.

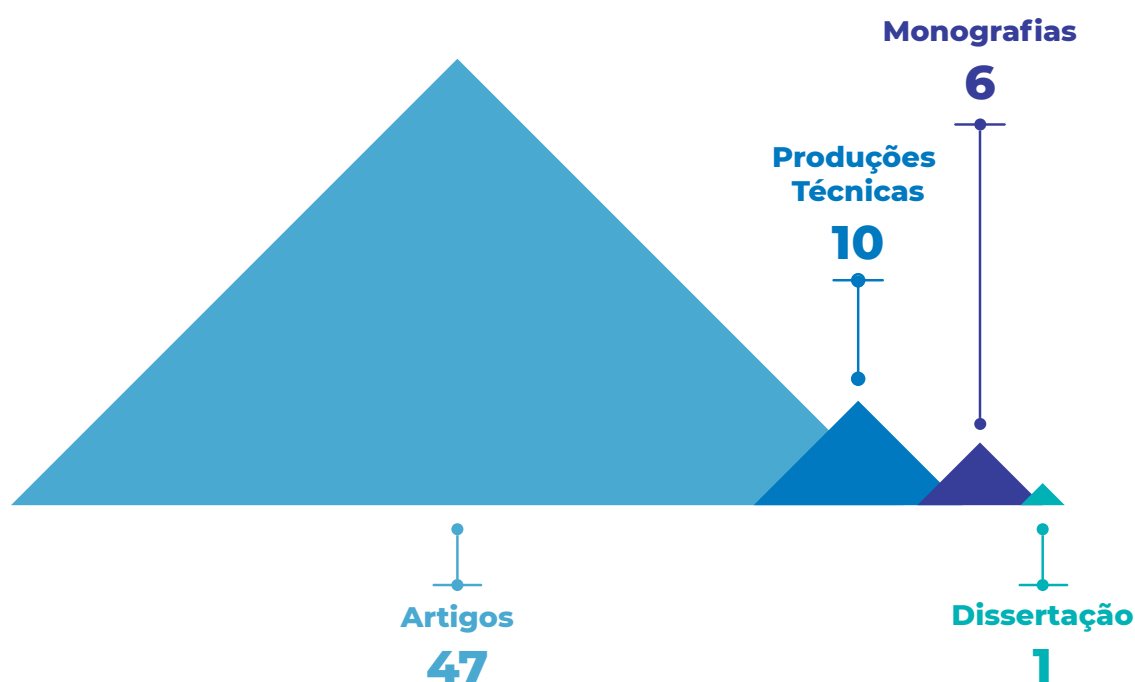
A última etapa consistiu na análise e produção de dados a partir do portfólio bibliográfico definitivo. Nesta etapa buscou-se classificar os trabalhos a partir do tipo de produção, recorte geográfico de análise, filiação institucional dos/as autores/as, além de identificar as tendências mais relevantes e os aspectos positivos e negativos apontados pelos trabalhos.



## 2. Análise dos resultados: distribuição e abrangência dos estudos

### 2.1 Dados gerais do portfólio bibliográfico

Tipos de trabalho sobre a implementação da LAB até junho/23 (n=64)



**64**  
trabalhos sobre a implementação da LAB selecionados e mapeados

FIGURA 3. Fonte: Elaboração própria/OBEC-BA.

O número elevado de artigos, em comparação com os outros tipos de produção acadêmica, pode estar relacionado com o pequeno intervalo de cerca de três anos entre a elaboração e implementação da LAB e a realização desta revisão sistemática. Por outro lado, a quantidade expressiva de artigos também indica alto grau de engajamento de pesquisadores/as da área de política e gestão cultural no processo de implementação da Lei.

## 2.2 Recorte Geográfico das Análises

Os trabalhos foram classificados em quatro categorias: nacional, estadual/distrital, territorial (conjunto de municípios) e municipal (apenas um município). Os dados demonstram que o recorte da maioria das pesquisas está na análise da implementação e resultados da LAB em nível estadual/distrital. No entanto, pode-se considerar um certo equilíbrio quanto ao recorte geográfico das análises.

### Abrangência territorial dos trabalhos sobre a LAB

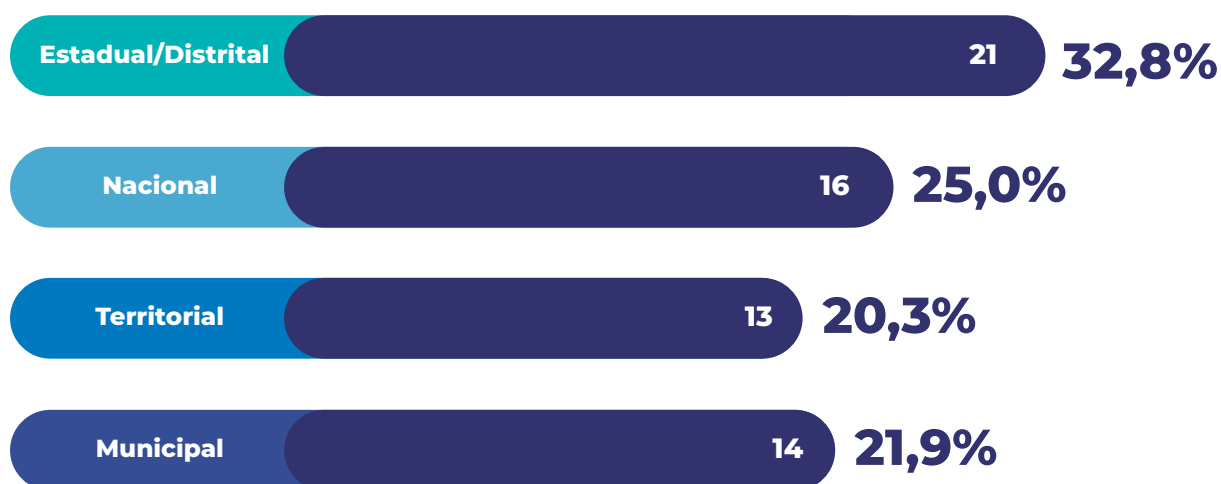


FIGURA 4. Fonte: Elaboração própria/OBEC-BA.

Em âmbito estadual, ressaltam-se as produções de duas regiões do país: Sudeste, com foco nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo; e Nordeste, com trabalhos sobre Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas. Em âmbito municipal, foram identificados 14 trabalhos que analisam a implementação da LAB em municípios dos estados Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná. Ganha destaque o estado e os municípios do Rio de Janeiro, com 19 publicações, grande parte delas ligada à [Rede Apoena](#), sediada na Universidade Federal Fluminense (UFF).

*Os trabalhos focados em municípios do interior, fora dos grandes centros urbanos, representam 57,1% do total, uma evidência da capacidade de descentralização da LAB.*

### Distribuição dos estudos estaduais, territoriais e municipais

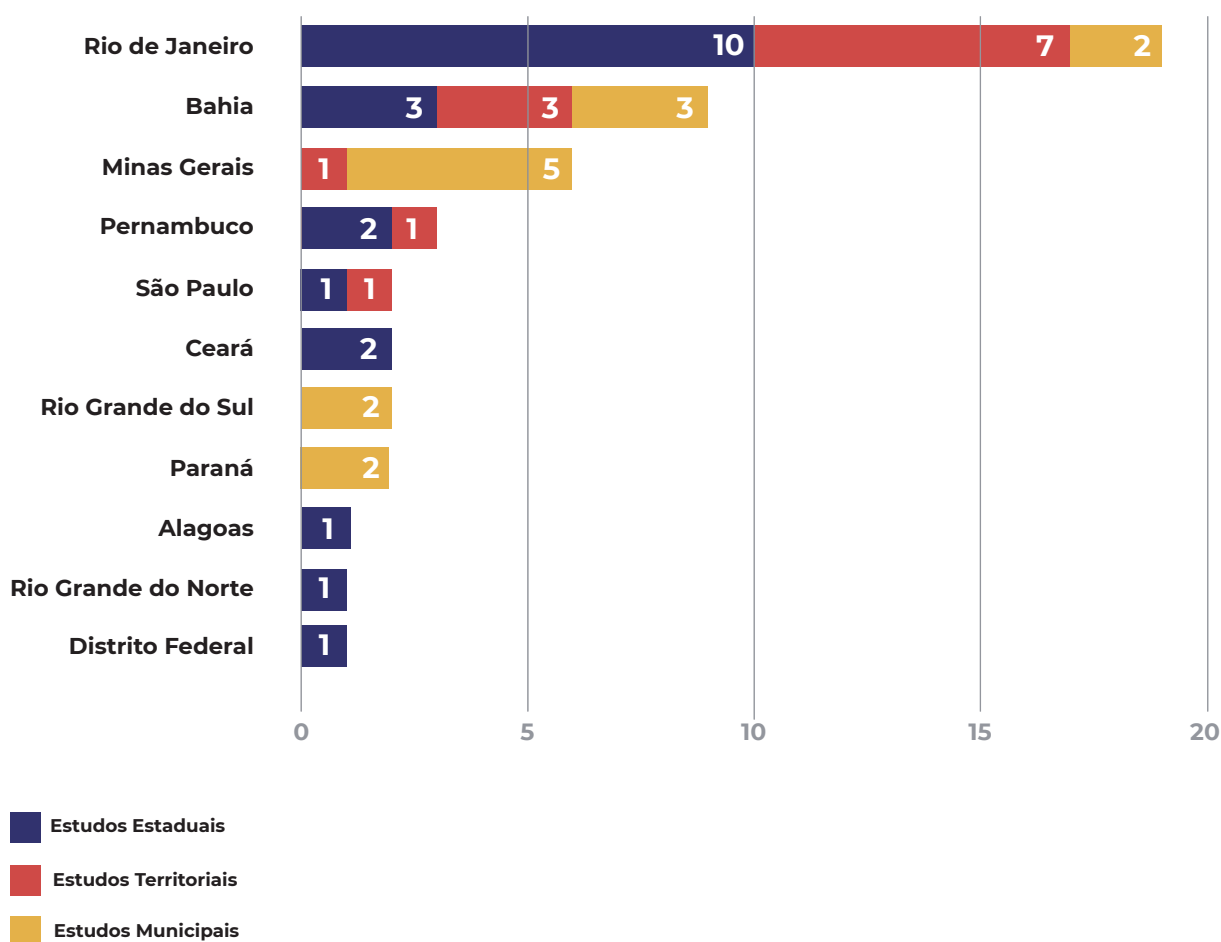


FIGURA 5. Fonte: Elaboração própria/OBEC-BA.

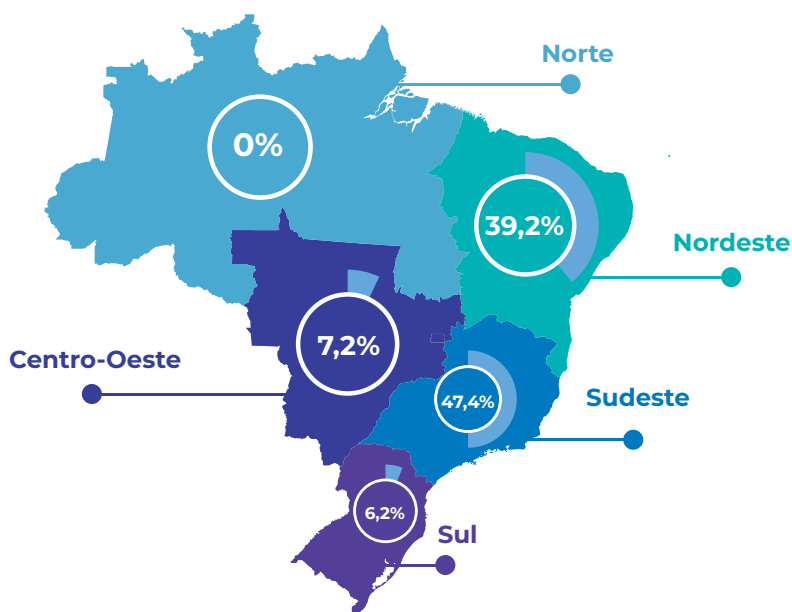
## 2.3 Filiação institucional dos/as autores/as

Os trabalhos que compõem o portfólio tem autoria de 97 pesquisadores/as ou grupos de pesquisa, vinculados a instituições de ensino superior, observatórios e órgãos governamentais<sup>2</sup>. Entre aqueles/as vinculados/as às instituições de ensino, a maioria atua em universidades federais e estaduais. Vale destacar que os observatórios de pesquisa muitas vezes estão vinculados a estas instituições.

Os/as autores/as estão vinculados/as a instituições de quatro regiões brasileiras: Sudeste (47,4%), Nordeste (39,2%), Centro-Oeste (7,2%) e Sul (6,2%). Destaca-se que não foram encontradas pesquisas oriundas da região Norte. Os estados mais representados são Bahia, com 24 (24,7%), autores/as ou grupos de pesquisa, Rio de Janeiro, com 23 (23,7%), e Minas Gerais, com 19 (19,5%)<sup>3</sup>.

### Região de vínculo dos autores/as

Figura 6.  
Fonte: Elaboração própria / OBEC-BA



<sup>2</sup> Autores/as e co-autores/as de mais de um trabalho foram contabilizados apenas uma vez. Cinco produções técnicas foram realizadas por grandes coletivos de pesquisadores: dois Boletins OBEC; dois Boletins APOENA; e uma publicação do Ministério do Turismo. Para esta contagem, essas publicações foram consideradas de autoria única e também contabilizadas apenas uma vez.

<sup>3</sup> A filiação a essas instituições não significa, necessariamente, que a análise realizada nos trabalhos tenha sido sobre os territórios onde estão localizadas.



### **3. Resultados: análise das tendências temáticas**

Os trabalhos selecionados apresentam, em sua maioria, abordagens qualitativas cujas técnicas incluem análise documental, relatos de experiências e entrevistas. As pesquisas que utilizam abordagem quantitativa foram minoritárias. Os enfoques identificados foram organizados em três tendências temáticas:

- 1) Resultados da LAB: relatos de experiências locais sobre a implementação;**
- 2) A LAB, a produção cultural e os/as trabalhadores/as da cultura;**
- 3) A LAB, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a participação social.**

### 3.1 Resultados da LAB: relatos de experiências locais sobre a implementação

A maioria das produções (40) concentra-se na análise de relatos de experiência da implementação da lei pelos diferentes entes federados, que foram classificados em três grandes eixos analíticos.

- O primeiro reúne trabalhos que abordam a **estrutura institucional da gestão cultural** dos municípios e as adaptações realizadas nas normativas e nos sistemas locais de cultura para viabilizar a execução da lei (SILVA, J., 2021; LIMA, D., 2023).
- O segundo eixo enfoca os processos de **articulação** realizados entre os agentes culturais da sociedade civil e do poder público e suas consequências para as dinâmicas dos sistemas municipais de cultura (SILVEIRA *et al*, 2022; BRIZUELA, 2020; DIAS, 2021; ALMEIDA 2022; SEMENSATO, 2023b; OLIVEIRA, PORTELA e MELO, 2021).
- Por fim, no terceiro eixo foram agrupadas produções dedicadas à análise qualitativa dos **instrumentos** (editais e premiações) e **modelos de gestão** implementados (CAMPOS, SANTOS e PERIA, 2021; OLIVEIRA, SANTOS e ALMEIDA, 2021; CUNHA, 2021; RODRIGUES, 2023; ALENCAR, 2023; LEMOS, 2023; ROMEIRA, 2023; CAMPOS, 2023; LEITE, 2023; BESER, 2023; SANTOS, R., 2023; NOGUEIRA, BRIZUELA e ROJAS, 2021).



Foto: Marcio Jose Bastos Silva / Shutterstock

Inclui-se também, nesse conjunto, o registro de alguns estudos de abrangência nacional que se dedicam à análise do desenho da lei, buscando investigar aspectos mais gerais sobre a operacionalização e seus impactos na implementação pelos entes federados. Os estudos analisam temas como: a) as regras de aplicação dos recursos, o percentual de distribuição de recursos e de adesão dos entes em nível nacional (SOUZA NETO e DUARTE, 2022; BARBOSA *et al*, 2021; SILVA, F. e ZIVIANI, 2021; JUNIOR, J., 2021); e b) modelos de gestão, instrumentos e processos decisórios (COELHO NETO *et al*, 2022; PAIVA NETO *et al*, 2022a e 2022b; FARIAS, 2021; SILVA, C., 2021).

Em relação à avaliação dos resultados de execução da lei, as metodologias de análise mesclam métodos quali-quantitativos com pouca incidência de levantamento de dados primários e análises estatísticas aprofundadas. Destaque cabe aos estudos realizados pela APOENA - Rede de Diagnóstico e Avaliação de Políticas e Ações Culturais - Foco RJ e pelo Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC). Parte da produção bibliográfica da Rede Apoena lança mão de metodologias quantitativas, gerando indicadores sobre a adesão estadual, territorial e municipal no Rio de Janeiro, distribuição regional dos recursos, aprovação dos planos de ação e execução orçamentária (RODRIGUES *et al*, 2022a; RODRIGUES *et al*, 2022b; RODRIGUES, SEMENSATO e DUTT-ROSS, 2023; RODRIGUES e CORREIA, 2023; SEMENSATO, 2023a). Os estudos do OBEC, de abrangência nacional, buscam identificar a percepção dos agentes culturais sobre a execução e os impactos da lei, compreender o contexto e as características das decisões tomadas pelas administrações municipais e estaduais e apontar as principais tendências identificadas nos instrumentos de seleção (PAIVA NETO *et al*, 2022a e 2022b).





A maioria dos textos que abordam os resultados provenientes da implementação da lei focou a análise no percentual de execução (e não-execução) orçamentária dos municípios. Registra-se também estudos sobre a distribuição de recursos a partir de diferentes variáveis: incisos da lei (I, II, III), linguagens e segmentos culturais; modalidades de fomento; ações afirmativas (cor/raça e gênero) (MONTESSO JUNIOR e BARBOSA NETO, 2022; GUERREIRO, BORJA e FILHO, 2022; COELHO e SILVEIRA, 2022; SANTOS, J., 2021; OLIVEIRA, 2021; LIMA, K., 2021; KWECKO e CALDAS, 2022).

### 3.2 A LAB, a produção cultural e os/as trabalhadores/as da cultura

A partir de objetos de análise variados, 15 estudos se concentram nos efeitos da LAB para retomada da produção cultural das linguagens artísticas audiovisual, dança, música e de temáticas relativas a comunidades quilombolas, indígenas e afrodescendentes. Destacam-se discussões sobre a reativação da cadeia produtiva local, a valorização de questões identitárias, a geração de renda/ocupação temporária para profissionais da cultura e o acesso a novas experiências de consumo cultural (LIMA C. *et al*, 2022; TEIXEIRA *et al*, 2021; GOMES E MONTEIRO, 2022; SILVA, BARROSO e CUSTÓDIO, 2022; STELLA, 2021; ATHAYDE, SILVA e COSTA, 2021; SOUZA E ARAÚJO, 2021; CARVALHO, 2021; SOUZA, 2021; MINTUR, 2021).

*Para além da dinamização da produção, alguns autores observam efeitos mais amplos e indiretos que a lei proporcionou, tais como protagonismo e emancipação social de “segmentos sociais historicamente afetados pela colonialidade: indígenas, negros e a comunidade LGBTQIA+” (JUNIOR, F., 2021, p. 8).*





Foto: A.PAES / Shutterstock

Por outro lado, alguns estudos apontam para a precariedade do trabalho no campo cultural, materializada através das desigualdades regionais, de gênero, raça e classe (FIGUEIREDO, 2022; BARBOSA, 2022). Ademais, destacam-se os valores irrisórios destinados aos/as trabalhadores/as de grupos da cultura popular, geralmente numerosos na sua composição, além das dificuldades dos agentes acessarem os cadastros culturais e a demora do pagamento, ocasionando assim insegurança social para os/as trabalhadores/as. Registrou-se, ainda, a tendência de devolução de um volume significativo de recursos do Inciso I, dadas as suas limitações legais para aplicação e a concentração destes recursos em capitais ou em algumas cidades, condição que favoreceu as desigualdades regionais (GUERREIRO, BORJA e FILHO, 2021).

### 3.3 A LAB, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a participação social

Dos 64 textos que compõem o portfólio bibliográfico, nove abordam mais diretamente a relação entre a LAB e o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Os achados sugerem que a implantação de uma política federativa, tal qual prevista nos mecanismos legais da LAB, proporcionou a reanimação do SNC que, por sua vez, estava paralisado em virtude das adversidades políticas vivenciadas pelo país na última década. Observou-se, de um lado, que a LAB foi capaz de ativar temporariamente os Sistemas Municipais de Cultura já existentes, bem como gerar novas adesões ao SNC (SEMENSATO e BARBALHO, 2021; SEMENSATO e BARBALHO 2021a; NOGUEIRA, PEREIRA e SANTOS, 2022). Por outro lado, os estudos constatam também que nos municípios que não aderiram ou que tiveram dificuldades de adesão à LAB foram identificadas lacunas institucionais no campo da gestão pública da cultura, tais como a ausência de órgão gestor da cultura, a inexperiência dos gestores municipais e a não implantação do Sistema Municipal de Cultura (SANTOS, CANEDO e PEDRA, 2022; PARDO, SEMENSATO e DUTT-ROSS, 2022).

Um outro aspecto salientado pelas publicações refere-se ao estímulo à participação social decorrente do processo de rearticulação do SNC. A participação social serviu tanto como um impulso para a elaboração da própria lei, bem como um vetor de ampliação do diálogo com o poder público, a fim de garantir a efetiva implementação pelos entes federados.

*Neste sentido, as pesquisas apresentam relatos de experiência em torno da intensa mobilização social que se organizou, seja através da realização de inúmeros fóruns e movimentos sociais autônomos, seja através das instâncias de participação institucionalizadas, como os conselhos de cultura (LIMA, D. e SEMENSATO, 2022; HARDMAN e SANTINI, 2021; SILVA, I., 2021; MELO, 2020).*



## Considerações finais

A revisão de literatura indicou um **número expressivo de produções técnico-científicas sobre a LAB** em um curto período, considerando que a lei foi promulgada em julho de 2020. Em pouco mais de dezenas de análises sobre os mais distintos aspectos da lei já foram elaboradas, indicando assim o acentuado interesse dos/as pesquisadores/as sobre o tema. Este interesse não se dá por acaso. Como se sabe, a LAB surge em um contexto histórico singular que fez convergir no Brasil uma das mais graves crises sanitárias com um governo de viés autoritário trazendo duras consequências para o campo da cultura. Nesse sentido, a LAB viabilizou uma certa reanimação do campo, seja pela capilaridade na distribuição, pelo volume inédito de recursos envolvidos e pela arquitetura legal que favorece a implantação de uma política cultural federativa.

Com um recorte sobre a implementação e os resultados da lei, a revisão de literatura demonstrou que a maior parte da produção (73,4%) é composta de **artigos científicos publicados em periódicos, capítulos de livros e anais de eventos acadêmicos**. As teses e dissertações ainda são minoritárias, fato que é compreensível tendo em vista o horizonte temporal que compreende a criação da lei, em 2020, e o tempo dedicado à produção desses trabalhos, geralmente de dois a quatro anos.

Outro dado importante refere-se à abrangência territorial da análise, ou seja, o local de aplicação da lei. Parte expressiva dos textos (42,2%) concentrou a análise **em nível municipal ou territorial** (mais de um município da mesma região). Tal indicador revela a capilarização da LAB, que, em uma lógica federativa, possibilitou o acesso e a distribuição de recursos para a cultura através de chamadas públicas por municípios que ainda não tinham passado por esta experiência.

A evidência se replica também na análise qualitativa das tendências temáticas dos estudos. A maior parte dos textos dedica-se ao **relato de experiências municipais** sobre a implementação da lei e seus resultados, destacando aspectos diversos tais como: as capacidades de gestão dos municípios, os processos de articulação com a sociedade civil e os impactos da lei para os trabalhadores e para a produção cultural local. Por sua vez, os textos que têm perfil quantitativo - minoritários - concentram-se na **análise de indicadores**, tais como o percentual de distribuição e execução de recursos a partir de distintas variáveis: abrangência territorial (estados, regiões e municípios); inciso da lei; modalidades de fomento; linguagens e segmentos culturais; raça e gênero.



Os textos apresentam certa confluência em relação à avaliação dos **aspectos positivos da LAB:**

- A tendência de reanimação do SNC e o estímulo à participação social a partir da articulação federativa entre os entes;
- A garantia da sobrevivência de agentes culturais em situação de precariedade material e a manutenção de atividades de espaços culturais;
- A descentralização dos recursos, alcançando municípios que jamais haviam recebido verbas para a cultura, ampliando o número de destinatários das políticas culturais.
- Por fim, a LAB foi considerada também como um importante instrumento para efetivação do direito fundamental à cultura.







Os estudos também convergem sobre a avaliação dos **aspectos negativos**. Foram apontadas as seguintes fragilidades: a existência de lacunas no desenho geral da lei, condição que originou a criação de um aparato infralegal complementar (decretos e leis complementares) em curto espaço de tempo; dificuldade na operacionalização do sistema federativo; omissão do governo federal no papel de coordenação; fragilidades das gestões municipais para operar uma política federativa; dificuldade dos agentes culturais, sobretudo de pequenos municípios, em acessar os mecanismos de fomento.

Sem dúvidas, as análises até aqui realizadas sobre a implementação da LAB, compiladas no portfólio bibliográfico, servirão como uma importante ferramenta para o desenho metodológico da pesquisa, pois apontam tendências analíticas substantivas que deverão ser consideradas pelo OBEC no desafio de avaliar a implementação da LAB em nível nacional.







## Anexos

### Portfólio Bibliográfico - Textos considerados na revisão de literatura

<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>	<b>Título</b>	<b>Autor/a</b>
Artigo 	2022	A Crise da Cultura: Lei Aldir Blanc, análise entre discursos e práticas, excesso de burocracia e exclusões dos periféricos com relação aos centrais do campo	Manoel J. de Souza Neto; Rodrigo Juste Duarte
Artigo 	2022	A LAB como choque institucional: breves reflexões a partir da Pesquisa Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc	Ernani Coelho Neto; Elizabeth Ponte; Daniele Canedo; Carlos Paiva
Artigo 	2021	A Lei Aldir Blanc como política de emergência à cultura e como estímulo ao SNC	Clarissa Alexandra Guajardo Semensato; Alexandre Almeida Barbalho
Artigo 	2022	A Lei Aldir Blanc e seus efeitos indutores da participação social no campo da cultura	Deborah Rebello Lima; Clarissa Alexandra Guajardo Semensato
Artigo 	2021	A Lei Aldir Blanc no Território de Identidade Bacia do Rio Grande, Bahia, Brasil	Tainara Figueirêdo Nogueira; Juan Ignacio Brizuela; Erick Samuel Rojas
Artigo 	2022	A Lei Aldir Blanc nos Territórios de Identidade da Bacia do Rio Grande e do Recôncavo, Bahia, Brasil	Tainara Figueirêdo Nogueira; Maria São Pedro Santana Pereira; Luiz Claudio Santos
Artigo 	2022	A Operacionalização da Lei Aldir Blanc por meio do Comitê Intermunicipal de Emergência Cultural de Lavras e região	Luciana Braga Silveira; Jucilaine Neves Sousa Wivaldo; Larissa Antunes Zanotti; Álvaro José Pereira Neto

Artigo 	2022	Aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc no município de Varginha-MG	José Agnaldo Montesso Júnior; João Estevão Barbosa Neto
Artigo 	2021	Covid-19 impact on the music sector in Belo Horizonte (Minas Gerais, Brazil)	Nísio Teixeira; Graziela Mello Vianna; Ricardo Lima; Carlos Jáuregui; Lucianna Furtado; Thiago Pereira Alberto; Rafael Medeiros
Artigo 	2022	Desafios da Lei Aldir Blanc para municípios de pequeno e médio porte no Brasil profundo: uma análise a partir das experiências de municípios baianos	Luiz Cláudio dos Santos; Daniele Pereira Canedo; Layno Sampaio Pedra
Artigo 	2022	Dois anos de pandemia na cultura da Baixada Fluminense (RJ): Lei Aldir Blanc nos municípios da Região em 2020 E 2021	João Guerreiro; Bruno Borja; Utanaan Reis Barbosa Filho
Artigo 	2022	Editais de emergência cultural na Bahia: gestores públicos e manutenção do existente	Amanda Haubert Coelho; Isabela Silveira
Artigo 	2021	Gestão e operacionalização da Lei Aldir Blanc em Pernambuco: destinado ao setor cultural em decorrência da pandemia da Covid-19	Janduir João dos Santos
Artigo 	2021	Gestão, diversidade e economia da cultura: um olhar sobre a Lei Aldir Blanc em Belo Horizonte	Arminda Aparecida de Oliveira; Gabriel Portela; Janaína Mércia Alves Melo
Artigo 	2022	Lei Aldir Blanc e espaços de dança beneficiados pelo edital de subsídio mensal da Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu	Letícia Vilarinho Gomes; Raíssa Vieira Monteiro
Artigo 	2021	Lei Aldir Blanc e o estímulo à animação cearense na pandemia	Fernanda Linhares Silva; Roberta Filizola Custódio Barroso; Jefferson Lopes Custódio

Artigo 	2021	Lei Aldir Blanc, política cultural imaterial e folia de reis em Santa Helena de Minas (MG)	André Luis Santos de Souza; André Luiz Ribeiro de Araujo
Artigo 	2020	Lives, cestas básicas e os desafios da Lei Aldir Blanc nos municípios do Litoral Norte e Agreste Baiano	Juan Ignacio Brizuela
Artigo 	2021	Memória coletiva - um relato sobre a aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc no Ponto de Cultura Casa Candeeiro do Oeste	Joelma Cristina Silva Moreira Stella
Artigo 	2021	O Coletivo Mangaio na Lei Aldir Blanc: O que mudou?	Laeiglea Bezerra de Souza
Artigo 	2021	O diário da luta pelo direito da Lei Aldir Blanc em Monte Santo-BA	Antonia Lucia Barbosa de Jesus Dias
Artigo 	2021	O Fundo Estadual de Cultura do Estado do Ceará depois da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020)	Jonatas Isaac Apolônio da Silva; Bruno Pereira França; Patrícia Maria Apolônio Oliveira
Artigo 	2021	O percurso da Lei Aldir Blanc: da Emergência Cultural ao Emergir de uma nova cultura política	Luisa Hardman; Alexandre Santini
Artigo 	2021	Os desafios dos setores criativo e cultural brasileiros durante e depois da pandemia da Covid-19	João Roque da Silva Júnior
Artigo 	2021	Os fundos de cultura subnacionais como instrumentos preferenciais de execução descentralizada da Lei Aldir Blanc	Guilherme Carneiro Leão Farias
Artigo 	2021	Participação social na construção de políticas municipais na aplicação da Lei Aldir Blanc em Curitiba	Isadora Rodrigues Moreira da Silva
Artigo 	2021	Política Cultural em tempos de crise: Lei Aldir Blanc e o sistema nacional de cultura	Clarissa Alexandra Guajardo Semensato; Alexandre Almeida Barbalho
Artigo 	2021	Políticas culturais em tempos de pandemia: da Lei Aldir Blanc à Lei Paulo Gustavo e suas aplicações no estado e município de São Paulo	José Renato Fonseca de Almeida

Artigo 	2021	Reflexos Da Lei Aldir Blanc nas comunidades remanescentes quilombolas do Vale Do Iguape, Cachoeira, Bahia	Carla Athayde; Ofir Souza da Silva; Taís Lima Costa
Artigo 	2021	Renda emergencial da cultura na Baixada Fluminense: do impacto da pandemia à Lei Aldir Blanc	João Guerreiro; Bruno Borja; Utanaan Reis Barbosa Filho
Artigo 	2021	Um olhar sobre a emergência aos espaços culturais no interior paulista: diferentes implementações da Lei Aldir Blanc	Luiz Gustavo Santana Campos; Flávia Caldeira dos Santos; Pedro Vianna Godinho Peria
Artigo 	2021	Um olhar sobre a gestão das partes interessadas por meio do programa de implementação da Lei Aldir Blanc em Belo Horizonte	Arminda Aparecida de Oliveira; Juliana de Araújo Veja dos Santos; Sânia Veriane Pereira de Almeida
Artigo 	2020	Desafios da cultura frente à pandemia de Covid-19: Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc e o papel da participação social em sua mobilização, sanção e implementação	Renata Nunes Pereira Melo
Dissertação 	2021	Espaços culturais independentes de Curitiba: políticas públicas na concretização dos direitos culturais e do direito à cidade	Verônica Akemi Shimoida de Carvalho
Monografia 	2022	A comunicação como ferramenta de emancipação: uma análise decolonial de projetos culturais financiados pela Lei Aldir Blanc	Francisco Canindé da Silva Junior
Monografia 	2021	A efetivação do direito fundamental à cultura no processo de execução da Lei Aldir Blanc no Distrito Federal	Caio Tavares Oliveira
Monografia 	2022	As expressões do impacto da Covid-19 no setor da cultura e a Lei Aldir Blanc para a classe trabalhadora artística em Pernambuco	Katarina da Silva Barbosa
Monografia 	2021	Estratégia de avaliação da implementação da Lei Aldir Blanc como política pública emergencial de cultura no município de Volta Redonda	Lara Rúbia Cunha

Monografia 	2022	Etnografia de uma tempestade perfeita: artistas de teatro sob a mercadificação neoliberal, o bolsonarismo e a pandemia. da efetividade dos editais de auxílio emergencial às percepções sobre a área e sobre si mesmos	Giovana de Figueiredo
Monografia 	2021	Lei Aldir Blanc à luz do artigo 215 da Constituição Federal de 1988	Karla Patricia de Lima
Produção Técnica 	2021	A Lei Aldir Blanc e o atual cenário dos trabalhadores do setor cultural	Ministério do Turismo
Produção Técnica 	2022	Cartografia do setor cultural do município do Rio Grande: Lei Aldir Blanc 2020/21	Viviani Rios Kwecko; Felipe Bernardes Caldas
Produção Técnica 	2022	Lei Aldir Blanc e o audiovisual na Bahia	Carmen Lima; Daniele Canedo; Leonardo Costa; Luiz Gustavo Campos
Produção Técnica 	2022	Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc. Boletim de resultados preliminares, n. 1	Carlos B. Paiva Neto; Daniele Canedo; Elizabeth Ponte; Ernani Coelho Neto; Renata Rocha (coord.)
Produção Técnica 	2021	Panorama Nacional da Lei Aldir Blanc. Boletim de resultados preliminares, n. 2	Carlos B. Paiva Neto; Daniele Canedo; Elizabeth Ponte; Ernani Coelho Neto (coord.)
Produção Técnica 	2021	Políticas Sociais: acompanhamento e análise (Cap. 5 - Cultura)	Frederico Augusto Barbosa da Silva; Paula Ziviani
Produção Técnica 		Relatório de Atividades – Observatório da Cultura Lei Aldir Blanc.	Cauê M. P. da Silva
Produção Técnica 	2022	Boletim Expresso n. 3	Luis Augusto Rodrigues <i>et al</i>
Produção Técnica 	2022	Boletim Expresso n. 4	Luis Augusto Rodrigues <i>et al</i>
Artigo 	2022	A Lei Aldir Blanc nos municípios: reflexões sobre a capacidade das gestões públicas de cultura na reivindicação de transferências da União	Ana Lúcia Ribeiro Pardo; Clarissa Alexandra G. Semensato; Steven Dutt-Ross

Artigo 	2023	Impactos da Lei Aldir Blanc nas administrações públicas municipais na área da cultura	Clarissa Semensato
Artigo 	2023	Capacidade de gestão da LAB – Lei Aldir Blanc	Luiz Augusto F. Rodrigues
Artigo 	2023	A inconveniência da cultura: a experiência fluminense na implementação da LAB, apesar dos esforços contrários da gestão Bolsonaro	Deborah Rebello Lima
Artigo 	2023	Catálogo Lei Aldir Blanc nos municípios fluminenses	Luiz Augusto F. Rodrigues; Clarissa Semensato; Steven Dutt-Ross
Artigo 	2023	Sínteses e indexações de dados	Clarissa Semensato
Artigo 	2023	Planos de ação dos municípios fluminenses para a LAB: algumas quantificações	Luiz Augusto F. Rodrigues; Marcelo S. Correia
Artigo 	2023	Aldir Blanc e a sobrevivência cultural: o impacto da lei de emergência cultural em municípios fluminenses	Eri Alencar
Artigo 	2023	Perspectivas e aprofundamentos da LAB para o setor cultural	Ester Miranda Lemos
Artigo 	2023	Os fazeres tradicionais e regionais: uma análise Lei Aldir Blanc na Costa Verde	Giullia Romeira
Artigo 	2023	Lei Aldir Blanc - Análise dos editais do estado do Rio de Janeiro e do município de Niterói	Izabella Ladislau Campos
Artigo 	2023	Uma breve análise dos editais da Lei Aldir Blanc em 13 municípios do estado do RJ	Juliana Almeida Leite
Artigo 	2023	As diferentes construções da Lei Aldir Blanc na região Centro-Sul Fluminense	Manuela Beser
Artigo 	2023	A LAB na região Noroeste Fluminense: desafios, impactos, seus editais e possibilidades	Renato Costa dos Santos
Artigo 	2021	Na corda bamba: políticas culturais na pandemia	Frederico Barbosa; Leonardo Athias; Felipe dos Santos Martins; Geraldo Góes

## Ficha Técnica

# Equipe MinC

## Ministério da Cultura

Ministra da Cultura

**Margareth Menezes da Purificação Costa**

Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural

**Henilton Parente de Menezes**

Diretoria de Desenvolvimento Econômico da Cultura

**Andrea Santos Guimarães**

Coordenação-Geral de Desenvolvimento Econômico da Cultura

**Raihana Torres Falleiros**

Coordenação de Empreendedorismo e Inovação

**Adriana Regina Leite Nunes**

Coordenação de Dados e Informações Culturais

**Jéssica de Freitas Afonso**

Divisão de Estudos Pesquisas e Indicadores Culturais

**André Ricardo Santana da Costa**

Divisão de Fomento e Incentivo às Cadeias Produtivas

**Patrícia da Cunha Albernaz**

Analistas

**Jaqueline Silva Campos Magalhães**

**Lívia Maria Tenório de Freitas**

Diretoria de Fomento Direto

**Teresa Cristina Rocha Azevedo de Oliveira**

Coordenação-Geral de Transferências Interfederativas

**Marco Henrique Borges**

Coordenação de Gestão de Dados e Informações

**Guilherme Machado de Oliveira**

Coordenação de Operacionalização de Transferências Interfederativas

**Juliana Andrade**

Divisão de Inteligência de Dados e Painéis

**Eduardo Martins Silva**

Divisão de Capacitação e Atendimento

**Nayara Sousa**

# Equipe OBEC

Coordenação da pesquisa:

**Daniele Canedo**

**Ernani Coelho Neto**

Pesquisadores/as:

**Elizabeth Ponte**

**Isadora Rodrigues Moreira da Silva**

**Layno Pedra**

**Mariella Pitombo**

**Silvana Meireles**

**Thaiane Machado**

Pesquisador em formação:

**Rodrigo Mota da Silva**

Design gráfico e diagramação:

**Alex Oliveira**

---

B688

Boletim OBEC / Observatório da Economia Criativa da Bahia: Pesquisa LAB nos Estados e Municípios. Boletim preliminar 1 [recurso eletrônico]/ Coordenação Daniele Pereira Canedo, Ernani Coelho Neto. Salvador, Ba: Observatório da Economia Criativa; Brasília, DF: Minc, 2023.

34 p. il., color.  
Vários Autores.

Disponível em: <https://obec.ufba.br/>

1. Lei Aldir Blanc. 2. Política Cultural - Brasil. 3. Cultura - Aspectos sociais. 4. Políticas Públicas. I. Canedo, Daniele Pereira. II. Coelho Neto, Ernani. III. Observatório da Economia Criativa da Bahia. IV. Ministério da Cultura. V. Título.

**CDD 301.2981**

---

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial do Cecult.  
Bibliotecária: Luciana Oliveira CRB5/1731

COOPERAÇÃO



REALIZAÇÃO



MINISTÉRIO DA  
CULTURA

